

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2021,
celebrado entre a Universidade Federal de
Pernambuco e a empresa Associação
Paranaense de Cultura – APC.

A Universidade Federal de Pernambuco, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede à Av. Prof. Moraes Rego, nº 1.235, Cidade Universitária, Recife, PE, neste ato, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, por seu Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744,15, portador da Carteira de Identidade nº 2.680.490 SSP/PE, residente nesta cidade, doravante denominada simplesmente UFPE, e a empresa Associação Paranaense de Cultura – APC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.659.820/0001-51, sediada na Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.215.901, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Siqueira dos Santos, Presidente, RG nº 5.788.919-5 SSP/PR e CPF nº 014.873.339-51, doravante denominada **CONTRATADA**, com base no contido no processo administrativo nº **23076.019706/2023-41**, ajustam o presente Termo Aditivo sob as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

- a) **prorrogar** a vigência do Contrato nº 18/2021, por mais 12 (doze) meses, expirando-se em **13/05/2024**, tendo por fundamento legal a Cláusula Segunda do contrato ora aditado; e
- b) **alterar** o índice de reajuste previsto na Cláusula Sexta do Contrato nº 18/2021 de ICTI/IPEA para IPCA/IBGE. Com a alteração a cláusula passa a ter a seguinte redação:

“6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a

[Assinaturas manuscritas]



[Assinatura manuscrita]

CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento ou quando da celebração de aditivo, este último, em caso de prorrogação a critério único e exclusivo da UFPE e mediante manutenção das condições de habilitação. "

- c) reajustar os preços do **Contrato nº 18/2021**, conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato ora aditado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA**, dos últimos 12 meses, acumulado até março de 2023, correspondente a **4,6507%**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

O valor mensal do contrato, prorrogado, com vigência até 13/05/2024, passa a ser no valor de **R\$ 1.800,93** (um mil, oitocentos reais e noventa e três centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 21.611,16** (vinte e um mil, seiscentos e onze reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

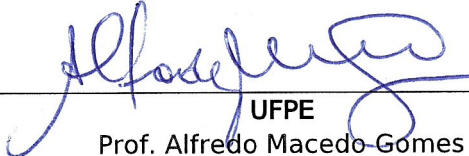
Os recursos para atender as despesas previstas neste Termo Aditivo são provenientes do **Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026** – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco; **Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio; Natureza da Despesa: 3390.39** – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; de acordo com a LOA 2023 (Lei nº 14.535, de 17/01/2023 - Publicada no DOU de 17/01/2023).

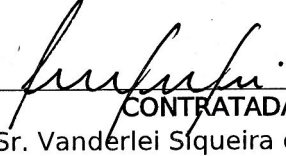
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, expressamente reiteradas e confirmadas pelas partes.

E por estarem de perfeito acordo, assinam o instrumento, na presença de duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Recife, 12 de MAIO de 2023.


UFPE
Prof. Alfredo Macedo Gomes
Reitor
RG nº 2.680.490 SSP/PE

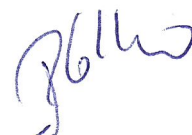

CONTRATADA
Sr. Vanderlei Siqueira dos Santos
Presidente
RG nº 5.788.919-5 SSP/PR

TESTEMUNHAS:

1ª Luciane B. Sampaio CPF Nº 000.349.789-18

2ª Felipe Augusto de A. Rodrigues CPF Nº 013.071.374-07


Marcos Rogério de Souza
CPF: 607.461.909-30
Gerente
PERGAMUM







Emitido em 15/06/2023

TERMO ADITIVO Nº 927/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/06/2023 14:16)

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: 2177340

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:
927, ano: **2023**, tipo: **TERMO ADITIVO**, data de emissão: **15/06/2023** e o código de verificação: **ba2a9c60ed**